



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015 (Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a Política Nacional de Cuidadores(as).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, para discutir a Política Nacional de Cuidadores(as). Para tanto, solicitamos sejam convidados(as):

- I) A ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, **Nilma Lino Gomes**;
- II) Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- III) A diretora de Projetos do Instituto Baresi (organização direcionada a pessoas com doenças raras), **Adriana Dias**;
- IV) Representante do Ministério da Previdência Social; e
- V) Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- VI) Representante do Ministério da Saúde; e
- VII) A Portadora de epidermólise bolhosa distrófica recessiva, **Ana Carolina Ferreira da Rocha**.**

JUSTIFICAÇÃO

É fato incontestável que as mulheres desempenham um papel preponderante quando ao exercerem a função de cuidador, representando 98% do universo de cuidadores. Todavia, a carência de políticas públicas para esse



Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Erika Kokay

profissional e a desvalorização do mesmo ainda representam problemas a serem superados a partir do devido debate envolvendo cuidadores(as), órgãos de governo, entidades da sociedade civil, especialistas, pacientes e familiares.

Debater a Política Nacional de Cuidadores(as) significa, necessariamente, discutir formas para se romper o paradigma patriarcal de que cabe à mulher cuidar gratuitamente de idosos e doentes. Como forma de se evitar que as atividades desempenhadas pelos(as) cuidadores(as) sejam tidas e havidas como próprias das mulheres, é essencial que o Estado incentive e apoie a criação de programas de profissionalização desses(as) trabalhadores(as), seja por meio de cursos técnicos, workshops, conferências, seminários e outras formações para capacitar o(a) cuidador(a), de modo que possa oferecer um serviço de qualidade.

Ademais, há que se distinguir o cuidador doméstico do profissional, devendo-se trabalhar numa perspectiva dupla: de um lado, que possibilite que os cuidadores domésticos sejam remunerados; e, de outro, tornar flexível a jornada de trabalho para os cuidadores profissionais.

Por certo, a inclusão da categoria no Sistema Único de Saúde (SUS) pode universalizar o serviço e assim contribuir para a valorização da pluralidade de atribuições que hoje são assumidas pelos(as) cuidadores(as).

Portanto, com a presente audiência pública, busca-se debater a necessidade de políticas públicas de amparo ao cuidador, nos âmbitos da saúde psicológica, do convívio social e da geração de renda, iniciativa para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2015.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF